

PLANEJAMENTO REGIONAL EM BRASÍLIA O Fundefe e o Pergeb nas décadas de 1960 e 1970

Patrícia Freitag

Universidade de Brasília. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Mail: patriciabfreitag@yahoo.com.br

Rodrigo de Faria

Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Mail: rs-dfaria@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar em que medida as ações estatais direcionadas para a estruturação regional de Brasília estiveram vinculadas aos objetivos nacionais, de desenvolvimento social e econômico, nas décadas de 1960 e 1970. Apresenta como eixo estrutural a leitura do exercício do planejamento nacional brasileiro ao longo do período desenvolvimentista. Para isso foi adotada uma abordagem histórica a respeito de variáveis políticas e econômicas balizadoras da configuração dos primeiros esforços governamentais criados para tratar de Brasília enquanto elemento de ordenamento territorial regional e nacional, quais sejam: o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (1966) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (1975). Verificou-se que, o FUNDEFE e o PERGEB embora tenham sido criados a partir de uma demanda local e regional, suas diretrizes deixam claro a forte vinculação existente entre o planejamento regional de Brasília enquanto política governamental no alcance ao desenvolvimento nacional. Parte das abordagens apresentados neste artigo integram a pesquisa financiada pelo CNPq/Universal-2010 Urbanismo e Planejamento Urbano-Regional no Municipalismo Brasileiro.

Palavras chave: desenvolvimento Nacional; planejamento Regional; política urbana; Brasília.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the extent to which state actions directed to the regional structure of Brasilia were linked to national goals related to economic development, in the 1960s and 1970s. It presents as structural axis the reading of the Brazilian national planning exercise during the developmental period. For it was adopted a historical approach regarding economic and political variables that guided the configuration of the first governmental efforts designed to Brasilia as part of regional and national spatial planning: the Development Fund of the Federal District (1966) and the Special geo-economic Program of Region of Brasilia (1975). It was found that, although the FUNDEFE and PERGEB reared from a local and regional demand, its guidelines make clear the strong linkage between the regional planning of Brasilia as government policy in achieving national development.

Keywords: National development; regional planning; urban politics; Brasília

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de aproximadamente cinquenta anos (1930-1970), o Brasil viveu um período de plena expansão das suas atividades produtivas industriais. Com o intuito de gerar novos mercados e, assim, realimentar intermitentemente a geração de demandas internas, o Estado, no papel de principal agente do desenvolvimento, apresentou como estratégia central a expansão da fronteira econômica via ocupação territorial. Buscava-se por meio da construção de novos núcleos urbanos e da ampliação da infraestrutura, promover a interiorização do desenvolvimento.

Como parte desse projeto de expansão do capital nacional pelo território brasileiro, Brasília emergia como elemento fundamental na perspectiva desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, em que seu projeto urbanístico era a maior expressão da superação econômica nacional. Certamente que, em se tratando de um ato político, o gesto de deslocamento da Capital da República para o centro do território nacional trazia em si propósitos de ordem nacional. Ainda que não existisse na época de sua concepção (1950) o discurso de desconcentração urbana, como aquele que marcou a Política Urbana Nacional da década de 1970, sua implantação no Planalto Central promoveu significativo reordenamento espacial da região Centro-Oeste, onde se registrou nas décadas de 1960 e 1970, o maior índice relativo de crescimento demográfico do País.

A partir da intensificação dessa reconfiguração demográfica, econômica e social, surgiu, ainda na década de 1960, a necessidade de se pensar Brasília por uma perspectiva regional, esforço este negligenciado pelo projeto urbanístico de Lúcio Costa¹. Assim, como resposta a essa demanda foram criados o Fundo de Desenvolvimento do DF (1966) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (1975).

Posto isso, procura-se aqui compreender as relações existentes entre as diretrizes desenhadas para o planejamento regional de Brasília, os planos de desenvolvimento nacional e demais instâncias de planejamento urbano e regional criadas pelo governo federal, especificamente nas décadas de 1960 e 1970. Para ampliar as discussões da natureza deste assunto optou-se neste estudo pela pesquisa documental primária, procurando relacioná-la aos dados de natureza secundária apresentados por outros trabalhos.

Seguindo esse raciocínio, o trabalho está estruturado em duas partes. Na primeira, buscou-se discorrer sobre Brasília como uma das conjunturas do planejamento governamental para o desenvolvimento nacional. Na segunda, abordar aspectos de caráter político e econômico nacional com as duas primeiras instâncias de planejamento regional de Brasília: FUNDEF e PERGEB.

2 BRASÍLIA: META ESTRUTURAL DO DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE

Para pensar sobre Brasília numa abordagem do planejamento governamental brasileiro, é fundamental compreender a nova capital, parte que é do desenvolvimento nacional associado à Revolução de 1930, como uma das conjunturas que representaram, *a posteriori*, o papel histórico dessa Revolução na criação das “condições para o desenvolvimento do *Estado Burguês* (...) manifestação e agente das rupturas estruturais internas e externas”, que implicaram na “derrota do *Estado Oligárquico*” (Ianni, 1986:25), sobretudo em relação às implicações no estágio do processo de urbanização que a base industrial da economia representou no decorrer de todo o século XX.

Não significa, todavia, desconsiderar princípios e concepções distintos no âmbito do planejamento econômico que nortearam os dois grandes blocos (não foram os únicos, mas aqui adotados como estruturais para o desenvolvimento nacional) governamentais no Brasil entre 1930 e 1960. O primeiro bloco representado por Getúlio Vargas (1930-1945), portanto, integralmente inserido no contexto Revolucionário de 1930, o segundo representado por Juscelino Kubitschek (1956-1960), já no âmbito da redemocratização instaurada com o final do Estado Novo e elaboração da Constituição Municipalista de orientação liberal de 1946. Significa apenas que a história do desenvolvimento nacional no Brasil, a partir da Revolução de 1930, é uma história que passa pela mudança estrutural (mudança, mas não eliminação) da base econômica brasileira, profundamente agrária até então. Antes de 1930 e desde o movimento republicano de 1889, a base econômica nacional esteve caracterizada principalmente por uma “política econômica externa, de tipo liberal” (Ianni, 1986:28) agroexportadora baseada na produção do café; depois de 1930, fundamentalmente

¹ Lúcio Costa anunciou no relatório desenvolvido para o plano urbanístico de Brasília, que esta “não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial (COSTA, 1965:343).

industrial mediante orientação conjuntural do planejamento econômico pela substituição da importação, e estruturalmente pela lógica da dependência (re)estabelecida já no final da década de 1960 em relação ao capitalismo central.

Se a industrialização, sobretudo a indústria de base, pode ser considerada orientadora da política nacional de desenvolvimento desde 1930, de certa forma, até como política de Estado, não apenas política de governo, não pode ser analisada, contudo, desvinculadamente das concepções e princípios macroeconômicos e políticos que fundamentaram os governos até 1960 – e inclusive posteriormente, já no âmbito da Ditadura Militar pós-1964. Concepções e princípios que informam quão distintos foram àqueles dois grandes blocos governamentais representados por Vargas e Kubitschek, assim como os outros governos que assumiram o poder executivo. Governos que responderam macroeconomicamente às sucessivas crises (sobretudo o movimento iniciado depois da aguda crise de 1929) da economia primária exportadora durante as décadas de 1910 e 1920, com a estruturação da industrialização.

O bloco governamental construído por Getúlio Vargas orientou suas ações na “defesa de novas soluções para os problemas da sociedade nacional” (Ianni, 1986: 69), soluções que o mesmo Octavio Ianni definiu como sendo de *tipo nacionalista*, caracterizadas pela redefinição das relações do Brasil com o capitalismo mundial, nacionalizando as decisões sobre a política econômica. Em relação ao bloco governamental do presidente Juscelino Kubitschek, as orientações assumidas no planejamento governamental, estruturadas no Plano de Metas, expuseram princípios distintos ao nacionalismo varguista em relação ao mesmo capitalismo mundial.

Segundo Fernando Rezende, “ao reforçar a complementaridade dos setores que compunham o parque produtivo brasileiro, o Plano de Metas promoveu a diversificação da indústria brasileira, completando o ciclo de industrialização iniciado na década de 1930. Entretanto, ao apoiar essa nova etapa de industrialização no estreitamento das relações do capital privado nacional com o internacional, ele alterou o padrão de dependência externa, revertendo a posição nacionalista da Era Vargas” (Rezende, 2011:179).

É nesse contexto de esforços – ainda que opostos em seus princípios, concepções e ideologia – para o desenvolvimento nacional orientado pela ação planejada do Estado, que Brasília, capital do Brasil, está aqui considerada; e, sobretudo por isso, interpretada como conjuntura desta ação ao longo de todo o período entre 1930 e 1960. Brasília, capital do Brasil, não é por pressuposto resultante e direcionamento estrutural, a chamada *meta síntese*, do Plano de Metas, inclusive porque “não fazia, inicialmente, parte do Plano de Metas”. Brasília, surgiu aí sim como fator estrutural, como justificativa dos “investimentos no setor de transportes (rodoviários), pois as ligações do país com Brasília, assim se supunha, provocariam a integração e o desenvolvimento da *hinterland*” (Lafer, 2003: 35).

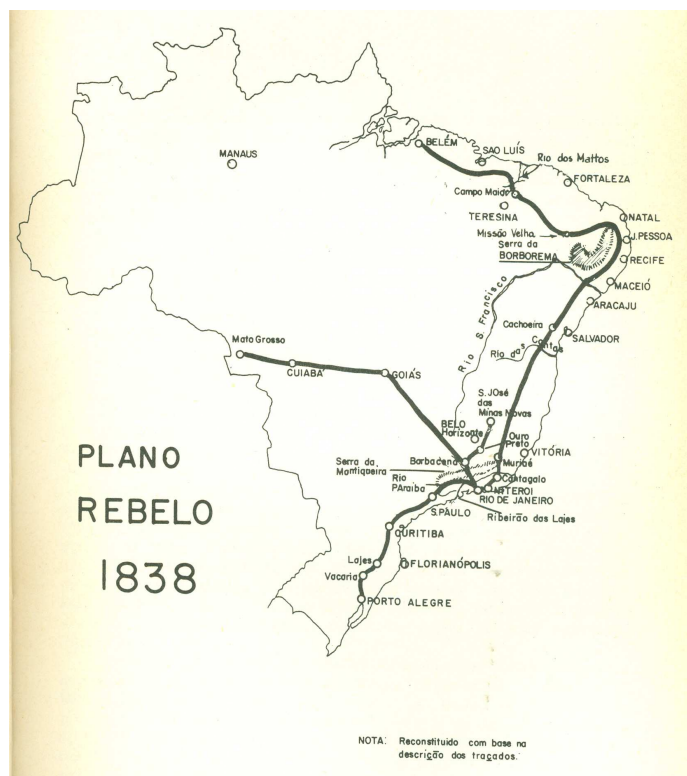
Ainda conforme Celso Lafer, a opção por Brasília e sua inclusão no Plano de Metas foi uma resultante do conceito de *ponto de germinação* concebido pela equipe criada pelo governo Juscelino – recuperando inclusive análises da Comissão Mista Brasil-EUA – para a elaboração de programas de desenvolvimento econômico. O conceito estava pautado “no pressuposto de que a oferta de infraestrutura provocaria atividades produtivas” (Lafer, 2003: 35). No mesmo texto, Lafer explica, por outro lado, como que todos os cinco setores do Plano de Metas, mas especialmente os de alimentação, energia e transportes – estes dois bases estruturais para a consolidação do processo de industrialização da economia desde 1930 – estavam associados a outro conceito, o de *ponto de estrangulamento*, mapeados na existência de áreas de demanda insatisfeita de infraestrutura, consequência do desequilíbrio do desenvolvimento econômico brasileiro (Lafer, 2003).

Nesse sentido, enquanto decisão política estruturada na orientação técnica do planejamento governamental, Brasília consubstanciou-se na complementaridade e articulação dos dois conceitos, o de *estrangulamento* e o de *germinação*, associando a necessidade de eliminação dessa demanda insatisfeita com a necessidade de oferta de infraestrutura para a expansão da economia e do desenvolvimento nacional. Uma decisão política que contém duas temporalidades, a primeira relacionada à elaboração do projeto urbanístico – o concurso -, a segunda relacionada à construção da cidade propriamente dita, esta sim fundamental para a consolidação dos dois conceitos e seus objetivos.

Outro aspecto também fundamental nesta segunda temporalidade – a construção da capital - da decisão política por Brasília é o da consolidação do setor de transportes como base estrutural do desenvolvimento (e da integração) nacional desde o século XIX, ainda no âmbito da economia primária agroexportadora. Na década de 1950, no contexto da implementação desta decisão política, esse setor já orientava a

industrialização brasileira nucleada em São Paulo (Coutinho, 2003), neste momento particularmente pela indústria automobilística, matriz da lógica rodoviarista do desenvolvimento intramunicipal, interregional e nacional.

A importância do setor de transportes nos debates e proposições sobre o planejamento nacional estava presente, por exemplo, na proposta apresentada em 1838 por José Silvestre Rebello, de três estradas reais partindo da capital do império. Uma das estradas em direção ao nordeste, margeando a costa litorânea até Belém, outra pela faixa mais oriental do território até Porto Alegre, e uma terceira em direção ao centro do Brasil passando pelo município de Goiás, Capital da Província de Goiás - já muito próximo da localização definitiva de Brasília -, e seguindo para Cuiabá, como pode ser visto na imagem abaixo.



Plano Rebello, 1893. Construção de três “estradas reais” partindo da Capital do Império, indicando já uma clara política viária de integração nacional. (Brasil, 1973)

Nesse sentido, se a decisão política por Brasília estruturou, como apontou Celso Lafer, a justificativa para investimentos no setor de transportes como geratriz do desenvolvimento da *hinterland*, sua inauguração em abril de 1960 representou a consolidação do desenvolvimento nacional pelos sistemas de viação concebidos desde o século XIX, como os planos e concepções dos engenheiros Rebello e Queiroz apresentados. Brasília, portanto, é a expressão crucial do processo de desenvolvimento orientado pela lógica dos sistemas de viação, no seu caso, reforçando historicamente a primazia do rodoviarismo no planejamento nacional brasileiro, uma “concepção viária” para o planejamento governamental em relação ao desejado processo de integração nacional.

O desenvolvimento orientado pela lógica dos sistemas de viação foi um processo que durante o século XX caracterizou a ação do Estado - sejam ações em períodos democráticos ou autoritários -, segundo suas concepções e orientações pela (não alcançada) redução dos desequilíbrios regionais e concretização de uma economia moderna de mercado - esta sim alcançada, ainda que em regiões específicas do território nacional. Ainda em relação à Brasília como decisão política do planejamento governamental para o desenvolvimento nacional, é importante reconhecer seu papel indutor da expansão da economia nacional desde a década de 1960. No entanto, resultante de uma decisão política atrelada ao planejamento econômico do Plano de Metas que produziu ainda mais infraestrutura física e institucional para a expansão do capital, principalmente do capital internacional, “que acabou por consolidar e expandir o capitalismo dependente” (Ianni, 1986: 158).

E como muito bem analisado por Octavio Ianni, “de fato, esse programa implicou na adoção de uma política econômica de associação e interdependência, em âmbito internacional. Isto significava que os governantes optaram por uma estratégia política de desenvolvimento econômico que trazia consigo, como componente essencial, a reelaboração da dependência estrutural, que sempre caracterizou a economia brasileira. E significava, ainda, que a intervenção estatal na Economia deixara de inspirar-se na idéia da emancipação ou autonomia” (Ianni, 1986: 182-183).

E como *meta síntese* da concepção de planejamento governamental que viabilizou essa reelaboração da dependência estrutural, Brasília pode ser interpretada com um grande paradoxo para/no processo histórico do desenvolvimento nacional, e que permite inclusive forjar uma idéia de “(des)construção” da economia e do desenvolvimento. Um processo contraditório: por um lado, representação simbólica no imaginário social do progresso nacional e do desenvolvimento regional, da interiorização da urbanização, por outro, representação econômica e política da dependência estrutural e desestruturação macroeconômica severamente explicitada depois da fase de euforia entre 1957 e 1961.

No tocante à desestruturação da macroeconomia, os dados apresentados por Roberto Macedo – ao analisar o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965) – são reveladores da situação econômica nacional imediatamente após inauguração de Brasília: em 1962 o país apresentou crescimento relativamente menor do Produto Interno Bruto, na casa dos 5%, quando comparado aos 6,9% de média na fase de euforia, enquanto que no ano de 1963 a taxa de crescimento da economia foi de 1,6%, acompanhando a redução de 18% dos investimentos públicos, que inclusive indicava a predominância, em 1963, de uma política de contenção do déficit (Macedo, 2003).

É neste cenário nacional social e macroeconômico, particularmente gestado entre a decisão política pela concepção-execução da Capital do Brasil e as ações governamentais, depois da sua inauguração, para reversão do quadro inflacionário e de desestruturação da economia ao longo da década de 1960, que Brasília é analisada aqui como ápice do processo de substituição de importações associado ao capital internacional. Fundamentalmente base da expansão territorial de reprodução deste capital no Brasil, inclusive apoiada na política econômica liberal estruturada por “forças adversas ao nacionalismo econômico, ao dirigismo estatal e à participação das massas no processo político” (Ianni, 1986: 89).

Por tudo isso, mas ainda assim, é inegável a importância da decisão política por Brasília nos processos de desenvolvimento nacional desde as rupturas estruturais da década de 1930, sejam aquelas no campo do desenvolvimento econômico (urbano-industrial), ou ainda, pela infraestruturação institucional do Estado – a chamada “tecnoestrutura estatal”, como propôs Octavio Ianni. O que não impossibilita, contudo, abrir e incorporar uma brevíssima consideração elaborada por Benício Schmidt, ao afirmar que, a “despeito da crença generalizada de que o Plano de Metas e a construção de Brasília foram as principais realizações do governo Kubitschek, na realidade houve duas outras realizações que marcaram este período, a Operação Pan-Americana e a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)” (Schmidt, 1983: 98).

A Operação Pan-Americana foi concebida a partir da preocupação com eventuais distúrbios sobre o desenvolvimento institucional democrático decorrente da contínua degradação da renda. Sobre essa Operação, não faremos outras abordagens. O interesse mínimo aqui é sobre a inflexão política, institucional e econômica que a SUDENE poderia representar para o desenvolvimento nacional. Poderia, pois não representou. Conforme Tania Bacelar já observou, foi abandonada a “proposta industrializante, mas reformista (...) de uma indústria colada à base de recursos regionais e voltada para atender prioritariamente o mercado nordestino, como propusera Furtado no GTDN” (Araújo, 1993: 88). Este abandono, segundo Araújo, foi uma marca explícita da integração “às tendências que dominavam o processo mais geral de industrialização do país” (Araújo, 1993: 88) – o processo caracterizado pela concentração nucleada em São Paulo. Naquele momento, “o país engata na dinâmica geral do capitalismo mundial pós-guerra e se transforma num dos NIC’s (*New Industrial Country*). Embora o faça num processo interno excludente que ao promover o crescimento da renda a concentrava enormemente” (Araújo, 1993: 87).

Se economicamente a SUDENE (criada pela Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959) foi concebida para promover importante inclusão produtiva e social da população nordestina, mediante reestruturação da renda e do trabalho ancorada nesse desenvolvimento regional industrial, politicamente o governo federal “visou implementar uma intervenção direta na área basicamente controlada pelos interesses mais conservadores no espectro político nacional. O berço do coronelismo nordestino estava sendo atingido por regulamentações e ações de nível federal que visavam superar as barreiras e determinações políticas de

natureza local” (Schmidt, 1983: 98). Nesse sentido, foi uma ação que atuaria diretamente na própria estrutura fundiária da região, predominantemente latifundiária e fortemente caracterizada pela concentração da renda, que é, inclusive, marca da própria construção e organização do Estado Nacional. Não era, no entanto, diferente no âmago do Centro-Oeste Brasileiro, local de implantação de Brasília, *meta síntese* do desenvolvimento dependente.

Nesse contexto, as ações governamentais realizadas via Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO - (criada pela Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967) nas décadas de 1960 e 1970, foram, em grande medida, balizadas pelo desenvolvimento da grande propriedade latifundiária, que juntamente com o intenso emprego de capital e baixa utilização de mão-de-obra, contribuíram para uma intensa liberação da população rural. Essa ausência de um exame mais apurado sobre a questão da estrutura fundiária do Centro-Oeste naquele momento foi considerada por Cano (2007) da seguinte forma: “a ocupação dos vazios do território brasileiro constitui escamoteação para uma das mais graves questões nacionais, que é a da reforma agrária [...] tal vazio, não está ocupado por homens trabalhando a terra, mais em sua maior parte pelo capital especulativo” (Cano, 2007: 29).

O êxodo rural provocado pelas condições expostas coincidiu com os primeiros anos que sucederam a inauguração de Brasília, contribuindo de forma significativa para a concentração populacional na sua região de influência imediata já nas décadas de 1960 e 1970, demandando a criação de estruturas institucionais direcionadas para o ajuste entre os diferentes papéis atribuídos à Capital brasileira, quais sejam: agente de integração nacional, pólo de desenvolvimento regional e cidade administrativa.

Nesse sentido, podemos aqui considerar a seguinte observação: se Brasília pode ser compreendida como fruto de um longo processo de maturação do pensamento político-econômico nacional, através da qual se vislumbrava a interiorização do capital mediante a abertura de novas fronteiras de desenvolvimento pelo território brasileiro, em que medida as ações estatais direcionadas para a sua estruturação e consolidação urbana e regional estiveram vinculadas aos objetivos nacionais, de desenvolvimento social e econômico?

No afã de procurar compreender essa relação, serão consideradas variáveis políticas e econômicas das décadas 1960 e 1970 que acreditamos terem sido determinantes para a configuração das ações governamentais de desenvolvimento elaboradas nesse período para o Distrito Federal no seu conjunto, não apenas Brasília como plano piloto urbanístico. Nesse sentido, Brasília era parte dos processos empreendidos para o desenvolvimento nacional e objeto de políticas governamentais no campo do planejamento regional.

3 AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL: O FUNDEFE E O PERGEB

O deslocamento da Capital Federal para o Planalto Central ocorreu em um contexto marcado por profundas reestruturações institucionais. Poucos anos após a inauguração de Brasília, o Brasil entrou no regime da ditadura militar em 1964, quando se verificou o fortalecimento do executivo diante do legislativo, bem como o reforço político-administrativo e financeiro do Governo Federal.

Segundo, Carlos Vainer (2007:8) “estados e municípios foram postos de joelhos diante de um poder central que concentrava todos os recursos e todas as competências, de modo que foi possível obter maior controle das unidades governamentais estaduais e municipais e garantir que as diretrizes em vigor no centro fossem também adotadas na periferia”.

Nesse contexto, foi criado um pacote de medidas para fazer frente às demandas criadas pela aguda instabilidade econômica que sucedeu o governo JK, tornando-se público, em 1964, o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG -, apresentado na gestão do presidente Castelo Branco (1964-1966). O Plano apresentava diretrizes voltadas para reformulação da política econômica a fim de eliminar fontes internas de estrangulamento como inflação, desequilíbrios sociais, desemprego, déficit do balanço de pagamentos. Por esse motivo, foi considerado por Martone (2001) como um instrumento que possibilitou a ação estatal de forma decisiva na economia do País.

Outra leitura foi feita por Schmidt (1983), ao considerar que se tratava de um plano de caráter indicativo, típico de economias pretensamente de mercado, com orientações baseadas fundamentalmente na concentração espacial de recursos, mais precisamente nas regiões de mais rápido progresso, devido à presença de economias externas que garantiria maior retorno financeiro dos investimentos.

Essa preocupação foi retratada pelo PAEG através dos seguintes direcionamentos: enquanto que para as regiões Sul e Sudeste foram previstos um investimento da ordem de Cr\$ 2,8 bilhões para o biênio 1965/1966; as regiões Norte e Centro-Oeste foram contempladas com Cr\$ 17,2 milhões para o ano de 1965 e Cr\$ 18,9 milhões para o ano de 1966, que somados acumulam Cr\$ 36,1 milhões, ou seja, um desequilíbrio bastante considerável, sobretudo se comparadas as dimensões geográficas dessas regiões (Brasil, 1966)

A esse respeito, Marília Steinberger (1999:40) afirma que “essa passagem evidencia que os interesses de crescimento econômico a curto prazo estavam acima da estratégia de ocupar parte central do território brasileiro, e que a concentração de investimentos no Centro-Sul era um trade-off consciente”. Nesse sentido, fica claro que, naquele momento, o Estado brasileiro passou a desconsiderar as diretrizes de descentralização populacional, de modo que a função de ‘agente de integração nacional’ destinado a Brasília foi relegada a segundo plano.

Pelo intenso e rápido crescimento dos principais núcleos urbanos que marcaram o período em questão, essa orientação foi traduzida em concentração urbana uma vez que se tinha por base a intensificação da industrialização e os mercados urbanos face aos produtos principais da indústria de bens duráveis. Assim, as metas basilares de crescimento econômico elaboradas pelo Estado passavam a ser vislumbradas através das cidades grandes, onde se encontravam os elementos necessários para maior rentabilidade do capital investido pelas possibilidades que ofereciam, via conjugação de economias externas, mercado interno e mão-de-obra semiespecializada.

Ocorre que essa política de concentração apresentava como agravante o aumento do fluxo migratório tanto na direção campo-cidade, como entre cidades com diferentes densidades econômicas, e que segundo Monte-Mór (2008), contribuía não apenas para o aumento do número de deslocamentos migratórios em direção ao Centro-Sul do País, mas também para o agravamento dos problemas intraurbanos decorrentes da rápida urbanização marginal brasileira.

Além disso, o Serfhou (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), enquanto “primeiro órgão federal com atribuição explícita de elaboração e coordenação da política nacional no campo do planejamento local integrado” (Feldman, 2005), apresentou uma atuação pautada, segundo alguns economistas que trabalham na área da economia urbana e regional, por uma visão restrita à cidade como um organismo autárquico, praticamente não existindo considerações a respeito das ligações com outras cidades e regiões, o que resultava em planos limitados a diagnósticos das economias municipais.

A não observância desse aspecto, em um sistema econômico onde essas interdependências externas assumem importância fundamental no desempenho da economia local, produziu sérias distorções na alocação de recursos, ocorrendo proposições conflitantes entre cidades de uma mesma região, bem como a intensificação da desigualdade regional, uma vez que grande parte dos recursos foram direcionados para as regiões Centro-Sul e Sul. Nas palavras de Hamilton Tolosa (1977), que é dos que assumiu posicionamento crítico em relação ao SERFHAU,

“apesar de a intenção original do Serfhou considerar a necessidade da coordenação com as diretrizes da política regional, tal preocupação nunca pôde realmente ser colocada em prática. Em parte também por que os planos regionais no Brasil não descem a detalhes sobre a vocação econômica das cidades, dificultando a compatibilização ou coordenação com os programas municipais” (Tolosa, 1977: 42).

Pela perspectiva analítica desenvolvida por Tolosa, essa estrutura tal qual descrita acabava por deixar a cargo dos municípios a determinação dos seus objetivos. O sistema de planejamento local ao ser pensado com base nas demandas locais apresentava desencontros com o que estava sendo proposto pelo sistema de planejamento econômico nacional fundamentado na concentração de recursos sob responsabilidade do Governo Federal.

Dessa forma, se nos primeiros anos após a inauguração de Brasília inexistia ainda uma política urbana nacional pensada a partir das relações intermunicipais e inter-regionais, faz sentido pensarmos que naquele momento o papel de cidade mono-funcional administrativa tenha se sobreposto à função da Capital Federal enquanto polo dinamizador regional, pois esta função não encontrava suporte nas ações governamentais federais para instituir, a partir dela, a função de agente de integração nacional. Não por acaso, o FUNDEFE

(Fundo de Desenvolvimento do DF), primeiro esforço do setor público direcionado para a região de Brasília, tenha se apresentado como um documento de teor vazio de reflexões e pobre em diretrizes que abrangessem as inter-relações do DF com os municípios vizinhos.

Apesar da compreensão de que, reforçando a infraestrutura e os serviços produtivos nas áreas mais diretamente dependentes de Brasília, diminuiria o impacto do crescimento populacional explosivo sobre sua estrutura urbana, o FUNDEFE foi criado como um dispositivo de ordem meramente financeira, o qual seria constituído por vinte por cento (20%) da receita tributária anual efetivamente arrecadada; e dos dividendos percebidos pelo Distrito Federal de suas ações no Banco Regional de Brasília S.A., na Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central e nas demais empresas de cujo capital participe. Entretanto, estando a execução do Fundo sob responsabilidade do DF, grande parte do montante foi aplicado na Capital em detrimento da região do entorno.

Nesse ponto observamos que, sendo a criação do FUNDEFE realizada no âmbito do PAEG e contemporânea à regulamentação do Serfhou, não há como não pensar que existiram pontos convergentes aos aspectos orientadores na criação de ambos. Fatores associados ao forte interesse do governo federal na concentração econômica no Centro-Sul, à baixa importância conferida às articulações entre municípios e à desvinculação entre planos locais e o planejamento macroeconômico, nos levam a apresentar uma consideração interpretativa de que o FUNDEFE foi elaborado em um período marcado, segundo Tolosa (1977), pela ausência de uma política urbana a nível agregado ou local, o que pode ter contribuído para a configuração do FUNDEFE tal como anunciado.

Os avanços mais significativos no campo da temática urbana-regional passaram a ser registrados a partir do Plano Decenal, lançado publicamente em 1967, pelo governo Castelo Branco. Esse Plano lançou mão de um novo modo de compreender as áreas urbanas e regionais, associando-as ao crescimento nacional em seus aspectos econômicos, demográficos e naturais. Com base em uma visão estratégica dos interesses e das prioridades nacionais, o Plano em questão contribuiu, segundo Rezende (2011) para “reforçar a base de conhecimento técnico à disposição do Estado brasileiro, ampliando em muito a capacidade de planejar e implementar as políticas de desenvolvimento” (REZENDE, 2011:182).

Com efeito, o Plano Decenal se fez mais enfático a respeito da importância da temática urbana no crescimento nacional, apresentando as bases de uma Política Nacional Urbana. Para isso, teve como referência o levantamento do problema da rede urbana do País realizado anteriormente pelo IBGE. No tocante ao cenário de distribuição econômica e demográfica, o documento chamou atenção para os desequilíbrios entre centros urbanos, que segundo sua interpretação, mostravam-se como fator impeditivo ao pleno desenvolvimento do País, ressaltando os problemas da concentração excessiva em São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse sentido, foi proposto alterações na estrutura de urbanização do País baseado em experiência de desmetropolização nos Países de centro. Contudo, para alcançar essa proposta, fazia-se necessário implementar um programa global fundamentado na ideia de desenvolvimento local integrado, sugerindo a valorização econômica dos municípios em consonância com as demandas locais. Conforme Luchese (2009) ressalta, essa ideia era interessante às consignas democráticas dos municipalistas em todo o País. Com base nessa abordagem, foi dada ênfase para o potencial local microrregional, a qual deveria dispor de estratégias de aproveitamento em níveis macrorregional e nacional, devendo-se se basear em regiões-programa e polos de desenvolvimento, a exemplo da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França.

A partir da apropriação dessas novas teorias, foi lançada uma abordagem das questões urbano-regional alternativa àquela apresentada no governo anterior, revendo, inclusive, a estrutura institucional para fazer frente à Política Urbana proposta. Distintamente do PAEG, o Plano Decenal atribuiu novo significado à política regional, agora denominada de regional-nacional, de modo que o crescimento econômico passou a estar relacionado à integração das várias regiões do País, trazendo para o centro da proposta a estratégia de integração nacional. Entendia-se que uma política nacional de desenvolvimento urbano deveria atentar para dois aspectos fundamentais do problema - o potencial local do desenvolvimento, equacionado em nível microrregional, e a conveniência e estratégia de aproveitamento desse potencial, equacionadas em nível macrorregional (BRASIL, 1967).

Com a elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED (1968-1970), essa orientação foi ratificada. Sua estratégia definia-se pelo objetivo de promover a convergência das taxas de crescimento da produção e da capacidade produtiva, visando uma taxa equilibrada de crescimento a longo prazo. Para isso

foi proposta a adoção de uma política de investimentos voltada para a expansão fundamentada na diversificação das fontes de dinamismo e ampliação da infraestrutura. Ademais, previa-se a adoção de medidas para ampliar o mercado interno por meio de estímulos à redução de concentração de renda.

A respeito das diretrizes voltadas para o desenvolvimento urbano-regional, embora reconhecesse a simbiose entre o desenvolvimento das cidades com os potenciais econômicos de sua respectiva região, era imperioso verificar a compatibilidade com os interesses mais amplos do desenvolvimento das macro-regiões e do País. Uma política nacional de desenvolvimento urbano que atentasse para o potencial local do desenvolvimento, equacionado em nível micro-regional, e a estratégia do aproveitamento deste potencial, equacionada em nível macro-regional e nacional, de modo a identificar os polos de desenvolvimento de cada região a fim de evitar dispersão de aplicações (BRASIL, 1968, p. 143).

A respeito da região Centro-Oeste, cabia à SUDECO a coordenação do desenvolvimento regional, que se daria através da articulação com os estados e municípios, os ministérios e órgãos federais atuantes na área, tendo em vista as diretrizes do planejamento nacional. Distintamente da SUDENE, cujo discurso de criação estava focado na dinamização econômica do Nordeste objetivando a superação do fosso histórico da relação renda/população, a SUDECO apresentava como objetivo principal estimular a ocupação do Centro-Oeste, implantando as estruturas de suporte à expansão do capitalismo, a fim de integrar essa região aos grandes centros comerciais do Centro-Sul do País. Além disso, ressaltava-se o seu papel no processo de integração nacional e na contenção de fluxos migratórios.

Não se tratava, portanto, de iniciativas de colonização como aquelas que marcaram a primeira metade do século XX, em que as ações governamentais se resumiam basicamente à construção de poucas novas cidades e abertura de rodovias; mas de desenvolvimento econômico. O impulso dado pelo Governo Federal no alcance a esses objetivos encontrava nas políticas de urbanização de caráter interurbano, mecanismo adequado para sua consecução.

Conforme observado por Cintra e Haddad (1978) naquele momento “parecia haver base sólida para erigir a política urbana nacional, construção hierárquica de planos territoriais com amplitudes diversas (...) implicando na estruturação de um conjunto hierarquizado de cidades” (CINTRA; HADDAD 1978, p. 205). Complementarmente, Davidovich (1984) ao se referir à política urbana desse período nos informa que “a consolidação de uma rede de cidades tem sido assumida como componente espacial de estratégias de desenvolvimento, na medida em que compreende unidades funcionais interdependentes, submetidas a regularidades e perseguindo metas comuns. Representaria desse modo um elemento fundamental para a consecução de objetivos de equilíbrio do sistema” (DAVIDOVICH, 1984, p.17).

A partir desse entendimento as cidades de porte médio ganhavam notoriedade pelo seu duplo papel a ser desempenhado nas políticas de caráter interurbano: contenção de fluxos migratórios para as metrópoles, como meio de aliviar as tensões sociais aí crescentes; e importante componente para assegurar a implantação das bases materiais para uma sociedade inteiramente urbanizada, procurando, dessa forma, estimular diferentes áreas potenciais distribuídas pelo território nacional, com objetivo de “romper a pobreza”, como destacado na capa da Revista Interior – Ministério do Interior.



Capa da Revista Interior. Ano IV – nº 25 Julho/Agosto de 1978
Biblioteca do Senado Federal

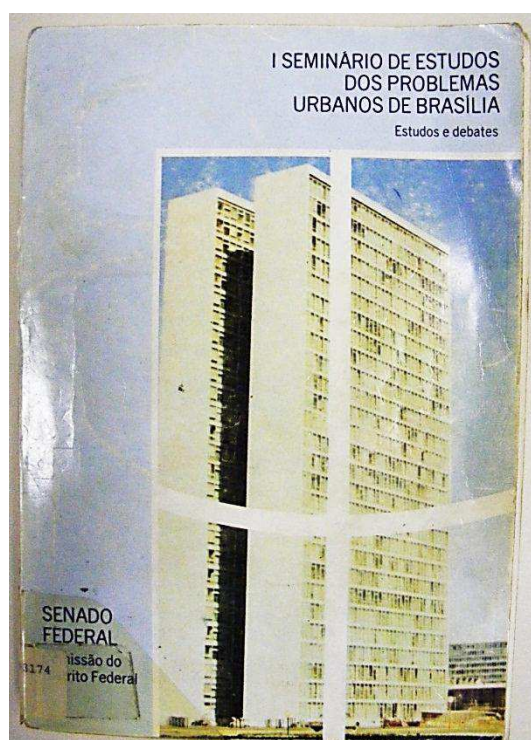
O Centro-Oeste passava a ser pensado não apenas através dos seus aspectos produtivos, mas como uma região que reclamava pela estruturação de uma rede urbana adensada. Assim temos que, no início dos anos 1970, o I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, veio reafirmar esse propósito. Com o objetivo de ampliar o mercado nacional, o plano em questão criou programas que diretamente ou indiretamente atingiram o Centro-Oeste, a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRODOESTE e Programa de Integração Nacional – PIN e mais especificamente a criação da Região Geoeconômica de Brasília, cujo objetivo principal passava pela compreensão de Brasília como pólo irradiador de desenvolvimento do Planalto Central e pela sua inserção ao processo de desenvolvimento das demais regiões do Brasil, como destacado abaixo:

Ao lado das políticas relativas ao Nordeste e Norte, e das medidas em relação ao Centro-Oeste, a Política de Integração Nacional criará a Região Geo-Econômica de Brasília, integrando-a no processo de crescimento do Planalto Central e permitindo a sua articulação com as demais macro-regiões do País. Isso se fará, inclusive, pela complementação das rodovias radiais de Brasília — de interligação com as regiões do Programa de Integração Nacional (PIN) (BRASIL, 1971).

Essas ações ilustram que a inserção do Centro-Oeste brasileiro nas ações governamentais foi operacionalizada como mecanismo estratégico no contexto das prioridades nacionais. A esse respeito Abreu (2001), considera que a atuação da SUDECO pode ser compreendida a partir da internalização do desenvolvimento como crescimento econômico e planejamento como uma rede racional de ações isentas de intenções político-ideológicas. Esse é o pensamento que perpassa todos os governos militares. O conceito de desenvolvimento elaborado está voltado para o problema da superação do subdesenvolvimento através da autodeterminação nacional em torno do parâmetro nação, na proposição de um capitalismo autônomo (ABREU, 2001:79).

A partir desse entendimento, Brasília passou a ser abordada como importante elemento na reestruturação do território nacional. Para isso, fazia-se necessário o aprimoramento institucional de âmbito regional que fosse capaz de responder aos anseios do planejamento nacional brasileiro sem, no entanto, prejudicar a estrutura interna da Capital Federal. Assim, Brasília passou a ser objeto de uma série de estudos, pesquisas e debates governamentais e acadêmicos, a fim de legitimá-la enquanto agente de integração nacional. É sob essa ótica de desenvolvimento integrado, que o I PND fez referência ao enfoque regional de Brasília, compreendendo-a não mais como uma cidade isolada, mas como uma relação entre várias cidades.

Podemos afirmar que esse destaque dado à Região Geoeconômica de Brasília foi determinado por dois motivos principais: o enorme potencial que essa área apresentava em termos de mercado e infraestrutura; e os seus problemas que já começavam a se apresentar no panorama urbano brasileiro. Neste contexto, foi realizado em agosto de 1974, pela Comissão do Distrito Federal do Senado, o I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília. Neste evento, que talvez tenha sido o de maior relevância para a construção dos debates em torno do planejamento regional de Brasília, participaram um conjunto de técnicos, professores, políticos, profissionais, entre os quais o próprio Lúcio Costa, com objetivo principal de rever o cenário de Brasília em seus aspectos globais e indicar soluções para sua problemática urbana e regional.



Capa da Revista Interior. Ano IV – nº 25 Julho/Agosto de 1974
Biblioteca do Senado Federal

Entre os temas debatidos, o Secretário-Geral do Ministério do Interior - Eng. Henrique Cavalcanti - lembrava que cabia indagar se Brasília estava em equilíbrio com a rede urbana de seu espaço geoeconômico, e com as regiões produtoras que a circundam. Em sua fala, Cavalcanti afirmava que essa indagação referia-se à terceira etapa da evolução de Brasília e como tal necessitaria aceitá-la em sua versatilidade. Além do exposto, Cavalcanti afirmava:

“Brasília descobre que não é um avião do espaço, mas que o chão onde ela pousa é este Brasil do Centro-Oeste, e que é necessário fixar e determinar as suas relações e interdependências, continuando a exercer um papel de foco de atração migratório, centro polar de serviços e consumidor de matérias-primas e produtos” (Cavalcanti, 1974:97).

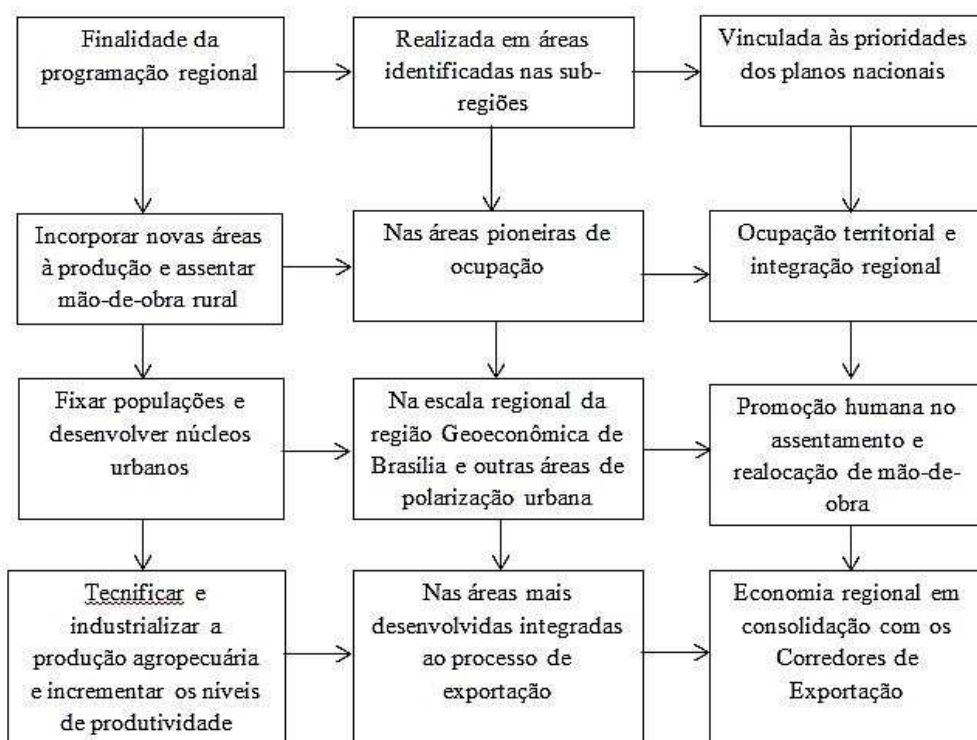
Ou seja, havia a necessidade de atenuar o excessivo enrijecimento do projeto urbanístico do Plano Piloto e assumir Brasília como um elemento importante na ocupação e consolidação da região central do território brasileiro. Com base nesse entendimento, Ricardo Farret, através de sua apresentação nesse mesmo evento sob o título de “Aspectos Regionais de Brasília”, observou que:

“[...] os limites físicos de uma cidade, isoladamente, não tem a importância igual às relações que essa mesma cidade tem com as demais de sua região. É o conceito, em outras palavras, de rede urbana; a cidade vale mais pelas relações que ela mantém com as outras em torno, do que propriamente pelo que ocorre dentro dela (Farret, 1974:139)”.

Trazendo essa abordagem para o caso de Brasília, significava dizer o que já estava sendo exposto através dos estudos já realizados: o Plano Piloto não teria nenhum significado enquanto entidade isolada sem relações com demais cidades, sobretudo, com as do estado de Goiás que compõem a Região Geoeconômica de Brasília. Tratava-se de uma situação nova, peculiar, singular no processo de urbanização brasileira, para a qual foi estruturada uma conjugação de esforços bastante expressiva para tratar da questão urbano-regional de Brasília.

Em 1974 já atuavam direta ou indiretamente sobre área em questão, o Ministério do Interior, através do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, da SUDECO; SERFHAU; Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Programa de Redistribuição de Terras e Estimulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste; Plano de Integração Nacional; Programa Especial para o Vale do São Francisco; o Grupo de Trabalho da Região Geoeconômica de Brasília; os governos do estado de Goiás e do DF, além do Plano NOROESTE, do Governo do estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, a Região Geoeconômica de Brasília foi considerada pelos projetos dos governos ditatoriais como elemento de grande importância no processo de reordenamento territorial regional e nacional, como pode-se perceber através da linha de ação traçada pela SUDECO, objetivando o desenvolvimento integrado:

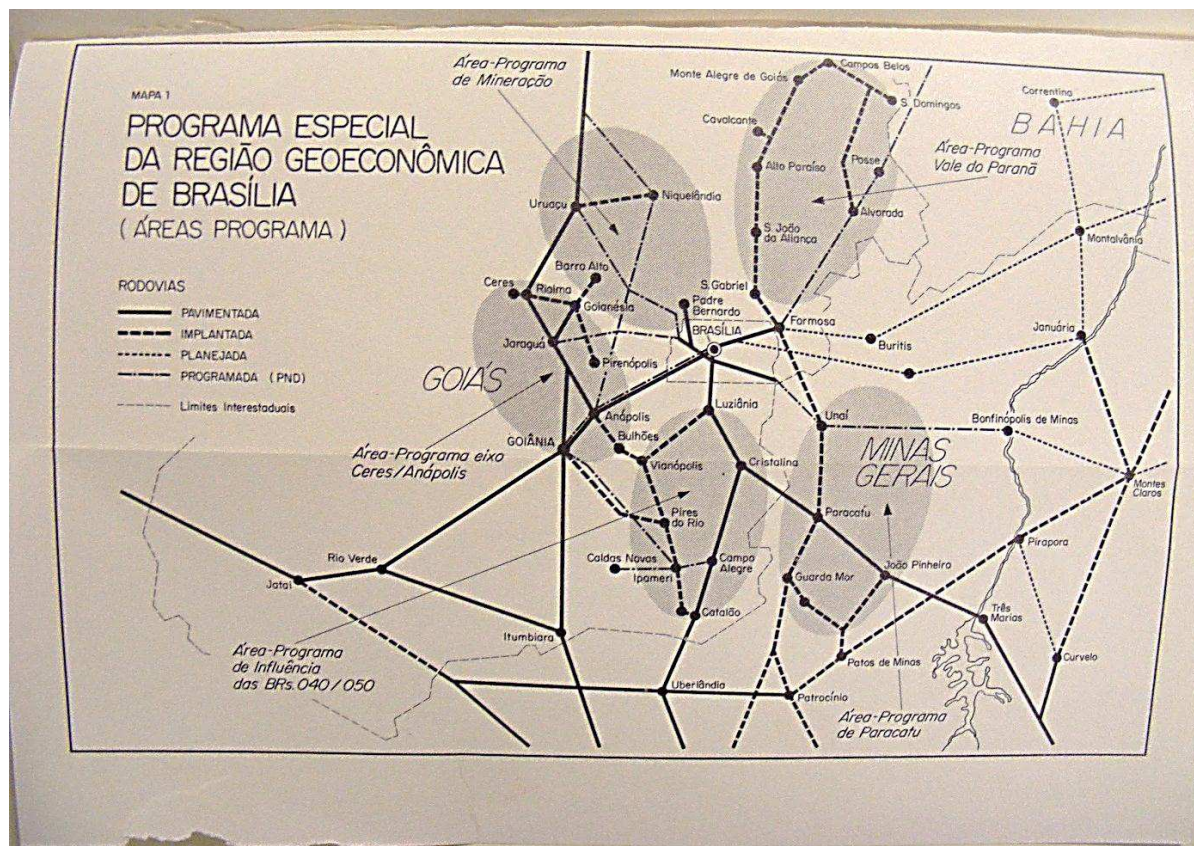


Organograma apresentada pela Sudeco a respeito das diretrizes de ordenamento territorial regional e nacional, com destaque para a Região Geoeconômica de Brasília como elemento-chave nesse processo BRASIL (1977)

A partir de 1975, foram criados no âmbito do II PND, os Programas Especiais como instrumentos para um efetivo desenvolvimento regional, alinhando-os às diretrizes do Governo Federal no sentido da integração nacional, produção de alimentos e contenção dos fluxos migratórios, entre os quais destacava-se o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília – PERGEB.

Assim, alinhado a esse esforço governamental, em 29 de janeiro de 1975, acolhendo a exposição de motivos do Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDE -, o presidente Ernesto Geisel instituiu o PERGEB (Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília). Dessa forma, temos que o PERGEB foi instituído no âmbito do II PND (1975-1978), um plano marcado pela importante reformulação na concepção e no processo de planejamento urbano e regional. Suas propostas deixavam claro que o pensamento urbanístico característico da primeira metade de século XX – voltado para o atendimento dos problemas internos das cidades – havia sido superado. Essa abordagem fica devidamente clara no mapa apresentado pelo PERGEB em que os núcleos urbanos são inter-relacionados não apenas através da

malha rodoviária, mas entre suas respectivas funções dentro de um contexto de desenvolvimento regional, como pode-se ver abaixo.



Mapa da Rede urbana da Região Geoeconômica de Brasília
PERGEB (1975)

Essa superação fica devidamente clara no item I do Capítulo IX que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU-, onde lê-se: “A cidade irá, então, situar-se dentro do planejamento do pólo econômico em que se encontra, definindo-se a sua função econômica e social e, só então, passando a definir-se sua configuração físico-urbanística” (Brasil, 1975: 86).

Além dessa abordagem, o II PND apresentava considerações a respeito da metropolização prematura, e do número inadequado de cidades médias para um razoável equilíbrio da rede urbana nacional. Dessa forma, foi proposta uma melhor estruturação do sistema urbano, com objetivo de se obter maior eficácia das funções desempenhadas pelas cidades e melhoria dos padrões de urbanização (Brasil, 1975). Definia-se a importância em promover a urbanização nas áreas de ocupação recente ou não-consolidadas das regiões Norte e Centro-Oeste e para a organização do desenvolvimento das metrópoles regionais em formação e da Região Geoeconômica de Brasília.

A atuação do PERGEB se estendeu até 1984, quando entrou em fase de esvaziamento o discurso oficial de política urbana nacional. Apesar das dificuldades expostas, pelo período em que esteve em vigor e pelo volume de investimentos aplicados na região geoeconômica de Brasília, foi reconhecido como um Programa de grande importância no processo de estruturação do desenvolvimento do território central do Brasil. Porém, a crítica que se faz é que suas medidas foram elaboradas a partir de um conjunto de determinações de ordem nacional, inexistindo um olhar mais próximo sobre as reais demandas locais, de modo que, após quase dez anos em que esteve em vigor, o PERGEB não conseguiu alcançar os objetivos a que se propôs de início.

É lícito considerar aqui a elaboração de outras propostas governamentais com o intuito de promover a interação intermunicipal entre o DF e os municípios inseridos em sua área de influência, a exemplo da Associação dos Municípios Adjacentes de Brasília – AMAB (1979); a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE (em 1998), constituída pelo Distrito Federal e municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais; e a tentativa de retomada do PERGEB em 2011.

Em que pese a recorrência da criação dessas novas instâncias de planejamento, percebe-se que a Região Geoeconômica de Brasília vem se apresentando como um conjunto espacial marcado pelo alto nível de dependência em relação a Brasília, pela precariedade de infraestrutura urbana, pelos altos índices de violência e desemprego.

Diante do exposto, é possível afirmar que o aglomerado urbano de Brasília tem percorrido caminhos semelhantes às demais metrópoles brasileiras, ainda que os esforços do Estado tivessem sido direcionados no sentido de atuar de forma contrária a essa tendência. No entanto, verificou-se que as medidas governamentais eram limitadas, não sendo capazes de abranger a real problemática que se consolida(va) e que vem se reverberando de forma cada vez mais intensa, pelo efeito da insistência em permanecer seguindo as mesmas determinações de cinco décadas atrás.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras ações governamentais elaboradas para tratar do planejamento regional da Capital Federal foram desenhadas em contextos caracterizados por diferentes aspectos estruturais. No caso do FUNDEF, identificamos que sua elaboração foi realizada em uma conjuntura política e econômica marcada pelo interesse na concentração do desenvolvimento em partes específicas do território nacional, nesse caso, a região Sudeste. Isso porque se entendia que a maximização da taxa de crescimento econômico nacional só poderia ser alcançada mediante a concentração de investimentos em áreas onde já se verificava a presença de economias externas, indicando a adoção de um modelo de desenvolvimento nacional construído com base na concentração de investimentos e populacional no Centro-Sul do País.

Em outras palavras, o interesse em alcançar um significativo crescimento em curto espaço de tempo se sobrepôs à estratégia de ocupar a porção central do território brasileiro, o que consequentemente levaria ao esvaziamento das discussões acerca do planejamento regional do DF. Assim, as diretrizes do Governo Federal a respeito das políticas de desconcentração populacional e econômica foram bastante incipientes, de modo que a atuação governamental no âmbito do planejamento urbano e regional de Brasília através do FUNDEF foi inexpressiva.

Por outro lado, com a superação das perturbações econômicas, os planos nacionais passaram a destacar a importância de vencer os desequilíbrios inter-regionais, expandindo elementos de infraestrutura pelo território brasileiro. Esse objetivo seria alcançado mediante a ocupação do território nacional via estruturação de uma rede urbana configurada a partir das potencialidades de cada localidade. Com base nesse entendimento, o PERGEB foi elaborado como produto de amplo conjunto de debates governamentais e pesquisas, com objetivo central de dinamizar os municípios inseridos na região de Brasília como parte de um programa nacional de desconcentração populacional e econômica, no qual a Capital Federal era apontada como o principal elemento de integração nacional e de desenvolvimento regional. Nesse sentido, verificou-se que embora o FUNDEF e o PERGEB tenham sido criados a partir de uma demanda local e regional, suas diretrizes deixam claro a forte vinculação existente entre a função do planejamento regional de Brasília enquanto política governamental para alcançar o desenvolvimento nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. Planejamento governamental: A SUDECO no espaço Mato-Grossense. Contexto, propósitos e contradições. 2001. 323 p. Tese (Doutorado em Geografia) – . Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2001.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. 1993. A experiência de planejamento regional no Brasil. in: LAVINAS, Lena; CARLEAL, Liana M; NABUCO, Maria R. (orgs). 1993. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo-SP: HUCITEC/ANPUR, pp.87-97.

BRASIL (gov). Ministério dos Transportes - CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTES, 1974. *Planos de Viação – evolução histórica (1808-1973)*. Rio de Janeiro-RJ.

BRASIL. Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília: Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. 1972.

BRASIL. Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília: Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. 1975.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília. Brasília-DF. 1975.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. Revista Interior. Ano IV. Nº21. Novembro/Dezembro de 1977.

CARDOSO Junior, José C. *A reinvenção do planejamento governamental no Brasil*. Diálogos para o Desenvolvimento. n. 4. Brasília-DF: IPEA, 2011.

CAVALCANTI, Henrique B. Distrito Federal – O Governo e a Comunidade. In: Anais do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília. Senado Federal. Brasília. 1974.

CINTRA, Antônio C.; HADDAD, Paulo R. Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

COSTA, Lúcio. Relatório sobre o Plano Piloto de Brasília. In: IBAM. Leituras de Planejamento e Urbanismo. Rio de Janeiro. IBAM. 1965.

COUTINHO, Luciano. O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação. *in*: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos A; GALVÃO, Antônio C. (orgs). *Regiões e Cidades, Cidades e Regiões: O desafio urbano-regional*. São Paulo-SP,: EdUNESP/ANPUR, pp: 37-57, 2003.

DAVIDOVICH, Fany. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. Espaço e Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. n. 13, São Paulo, 1984.

FARRET, Ricardo L. Aspectos Regionais de Brasília. In: Anais do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília. Senado Federal. Brasília. 1974.

IANNI, Octavio. 1986. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira.

LAFER, Celso. Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). *in*: MINDLIN, Betty. 2003. *Planejamento no Brasil*. São Paulo-SP: Perspectiva. pp. 29-50.

LUCHESI, Maria Cecília. Em defesa do Planejamento Urbano: ressonâncias britânicas e a trajetória de James Harry Cole. Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia da São Carlos da Universidade de São Paulo. 2009.

MACEDO, Roberto B. M. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. In: MINDLIN, Betty. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003, pp.51-68.

MONTE-MÓR. Do Urbanismo à Política Urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: COSTA, Geraldo; MENDONÇA, Jupira. (Org.). *Planejamento Urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p. 31-65.

REZENDE, Fernando. 2011. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para uma reconstrução. *in*: CARDOSO Junior, José C. 2011. *A reinvenção do planejamento governamental no Brasil*. Diálogos para o Desenvolvimento. n. 4. Brasília-DF: IPEA, 2011.

SCHMIDT, Benício Viero. 1983. *Estado e política urbana no Brasil*. Porto Alegre-RS & São Paulo-SP: EdUFRGS & L&PM.